



Jornal da **CONTAG**



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG)

Luiz Fernandes

GRITO DA TERRA BRASIL 2009:

POR UM BRASIL SUSTENTÁVEL

Esta edição especial do Jornal da Contag traz as principais conquistas do Grito da Terra Brasil 2009. Nas páginas 4 a 9, estão descritos os compromissos assumidos pelo governo Lula com a Contag. Na página 10, temos entrevista exclusiva com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Grito da Terra Brasil 2009 garante avanços

A organização do Grito da Terra Brasil (GTB) 2009 foi a primeira grande tarefa da nova direção da Contag. O tempo para elaborar a pauta, traçar a estratégia de negociação e montar a infraestrutura foi muito curto em função da realização do 10º Congresso, da reunião do Conselho Deliberativo e da posse da Diretoria Executiva da entidade.

Mas o principal desafio foi negociar pauta de 203 reivindicações no contexto da crise financeira internacional, que levou o governo federal a promover uma série de cortes no Orçamento Geral da União. A tesoura do Ministério do Planejamento atingiu, sobretudo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e as demais secretarias do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que são responsáveis pela execução dos programas de reforma agrária, crédito agrícola e fundiário, assistência técnica, e várias outras políticas públicas fundamentais para a agricultura familiar.

A capacidade de negociação da Contag e das Fetags conquistou avanços importantes da nossa pauta de reivindicações, combinando processos de diálogo e pressão nas negociações com o governo federal. A Comissão de Negociação do GTB

2009 participou de uma maratona de 52 audiências, que envolveram mais de 30 órgãos do governo no período de 13 a 27 de maio. A diversidade e amplitude de nossa pauta nos colocou na mesa de negociação com 14 ministros e vários secretários executivos e assessores especiais do governo Lula.

Todo esse processo de construção, negociação e mobilização garantiu avanços importantes para trabalhadores e trabalhadoras rurais. Os

pontos principais das reivindicações de política agrícola e meio ambiente foram atendidos pelo governo federal. A única exceção foi a pauta de reforma agrária, que continua travada devido à redução das metas de assentamento e do não cumprimento da promessa de atualização dos índices de produtividade rural.

Conseguimos firmar o compromisso com o governo federal de garantir tratamento diferenciado para a agricultura familiar na legislação ambiental e suspender o processo de

criminalização dos nossos produtores. Portanto, a Contag e o Ministério do Meio Ambiente vão elaborar proposta conjunta para mudar o Código Florestal Brasileiro e outras legislações complementares. O presidente Lula também vai enviar Projeto de Lei criando a remuneração pela prestação de serviços ambientais.

Os resultados da pauta de política agrícola também são significativos. Conquistamos R\$15 bilhões para o Plano Safra 2009/2010, a liberação

as expectativas de avanços são grandes. As reivindicações de mulheres, juventude e terceira idade também foram reafirmadas com indicações de soluções a curto prazo.

O fator decisivo para essas conquistas foi o comprometimento das nossas federações, especialmente nas negociações, e dos sindicatos garantindo a mobilização dos 5 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais que estiveram em Brasília nos dias 26 e 27 de maio. Agora, temos de fazer os arremates finais das negociações e garantir a mobilização das federações para assegurar que essas conquistas sejam realmente implantadas na base.

O GTB 2009 foi vitorioso ao conquistar avanços importantes para o aperfeiçoamento das políticas públicas para o conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais do Brasil. Sabemos que não conseguimos tudo o que queríamos. Pontos importantes como a alteração dos índices de produtividade e mais recursos para a reforma agrária, entre outros, permanecem em nossa pauta de reivindicação. Vamos continuar na luta até que o governo nos atenda.

Alberto Ercílio Broch
Presidente da Contag

O GTB 2009 foi vitorioso ao conquistar avanços importantes para o aperfeiçoamento das políticas públicas para o conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais do Brasil

e ampliação dos recursos para os programas de assistência técnica, e o seguro para o Pronaf Investimento.

Os agricultores e as agricultoras familiares também poderão acessar recursos de outros programas para a comercialização da produção e geração de renda. Na área social tivemos conquistas importantes, principalmente na pauta discutida com o Ministério da Previdência Social. As negociações com os Ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde prosseguem nas próximas semanas e

▷ GRITO DA TERRA NOS ESTADOS

Federações negociam com governos estaduais

Os Gritos da Terra estaduais já esquentam os estados. As Federações do Espírito Santo, Goiás e Amazonas já realizaram suas manifestações. No mês de junho haverá Grito da Terra Estadual no Maranhão, no Pará, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. O estado de Sergipe realizará o Grito em julho, e o do Paraná será em agosto.

No Espírito Santo, a mobilização reuniu mais de 3 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais, que se juntaram às manifestações do dia 1º de Maio, na Praça de Camboriú, em Vitória. A Fetaes aproveitou o Dia do Trabalhador para chamar atenção às reivindicações do campo.

De acordo com o secretário de Políticas Sociais e Assalariados da Fetaes, Cleuzimar Ribeiro, o governo já se comprometeu com vários pontos da pauta, como a contrapartida para construção de 500 casas do programa de habitação rural e a redução em até 70% na tarifa de energia elétrica para

produtores rurais. O governo também vai investir R\$ 40 milhões na agricultura do estado, sendo R\$ 8 milhões para capacitação dos produtores rurais.

O fortalecimento da agricultura familiar também foi tema na pauta de reivindicação dos trabalhadores e trabalhadoras de Goiás, que se reuniram, com aproximadamente outras 2 mil pessoas, no Grito da Terra do estado no dia 5 de maio. A Fetaeg quer a reabertura da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) em Goiás, com contratação de 1,2 mil técnicos e um programa que garanta o uso de produtos da agricultura familiar na merenda escolar.

O presidente da Fetaeg, Elias D'Ángelo, destaca que outro ponto importante é a liberação pelo governo das terras devolutas para a reforma agrária e o assentamento das 4 mil famílias já acampadas no Estado. "Temos hoje cerca de 50 mil canavieiros que perderam os empregos por causa da mecanização do campo. Se forem assentados,

resolveremos o problema do desemprego e ainda aumentaremos a produção", destaca.

No Amazonas, o Grito da Terra 2009 reuniu mais de 250 trabalhadores e trabalhadoras de 37 municípios, entre 12 e 14 de maio. A presidente da Fetagri-AM, Izete Rodrigues Rabelo, destaca entre os principais pontos da pauta de reivindicações a contratação de 30 funcionários, para melhorar o atendimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário no estado, e a realização de concurso público, para aumentar a quantidade de técnicos no Incra, além da criação da Superintendência Regional do Incra no Sul do Amazonas.

A Fetagri-AM reivindica ainda a regularização dos assentamentos. "Queremos também melhoria na qualidade dos assentamentos e liberação de recursos. Há casos em que há verba, mas o dinheiro não é liberado", explica Izete Rodrigues. Neste ano a novidade foi a participação dos pescadores artesanais no Grito da Terra no Amazonas.

César Ramos



Congresso Nacional aprova projetos importantes para o MSTTR

A mobilização do Grito da Terra Brasil 2009 foi decisiva para a aprovação, no Senado Federal, da Medida Provisória nº 455/09 (MP 455/09), a qual determina que a compra dos alimentos para merenda escolar seja de, no mínimo, 30% de agricultores e agricultoras familiares. O projeto, conhecido como MP da Merenda Escolar, vai abrir mercado novo para a agricultura familiar e beneficiar cerca de 69 mil famílias.

A validade da MP da Merenda Escolar vencia em 27 de maio e o dispositivo corria sério risco de não ser votado, devido à obstrução do PSDB e do DEM no plenário no Senado. Mas a negociação dos dirigentes da Contag e das Fetags com os líderes dos principais partidos possibilitou a votação e a aprovação do projeto pelos senadores.

A vice-presidente da Contag, Alessandra Lunas, comemorou a aprovação do projeto. “O agricultor familiar poderá explorar um mercado próximo de sua casa, que não se restringe às escolas rurais,

mas também as escolas nos municípios próximos”. A dirigente aponta outros aspectos positivos da medida: as crianças vão consumir merenda mais saudável e as compras governamentais vão aquecer a produção e a economia locais.

Posse da terra – O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB), também assumiu o compromisso de colocar em votação o Projeto de Lei nº 490/1995, do deputado Domingos Dutra (PT/MA). O projeto prevê alteração no Código Civil, para impedir que liminares de reintegração de posse sejam expedidas antes que o Poder Judiciário tenha feito vistoria da terra em disputa. A proposta tramita há 12 anos no Congresso, já passou pelo Senado Federal e há seis está pronta para ser colocada em votação no plenário da Câmara. É pauta do Grito da Terra desde 1995.

A promessa foi feita por Michel Temer, em audiência no dia 27 de maio, ao secretário de Política Agrária da Contag, Willian Clementino da Silva, e

ao presidente da Federação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras na Agricultura de Goiás (Fetage), Elias D’Ângelo.

Saúde – Os trabalhadores e as trabalhadoras rurais também comemoraram a aprovação, em 20 de maio, por unanimidade, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, do parecer favorável do relator Pedro Henry (PP/MT) ao Projeto de Decreto Legislativo da Câmara nº 2351/2006 (PDC 2351/06), que aprova o texto da Convenção nº 184, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O texto é o mesmo que define a norma regulamentadora nº 31 (NR 31).

O texto trata de questões sobre segurança e saúde na agricultura, como o uso de produtos químicos, a manipulação e o transporte de materiais e horário de trabalho. O projeto ainda precisa ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, antes de ser votado no plenário da Câmara.

Cinco mil manifestantes participam do GTB 2009

César Ramos



Luiz Fernandes



Luiz Fernandes



Manifestantes fizeram atos no Congresso Nacional e em frente aos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, da Saúde e do Planejamento

Os 5 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais que participaram do Grito da Terra Brasil 2009, em Brasília, nos dias 26 e 27, promoveram passeatas na Esplanada dos Ministérios e atos públicos em frente ao Congresso Nacional e aos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente, da Saúde e do Planejamento. As manifestações foram fundamentais para garantir vitórias importantes para o movimento sindical do campo.

A Contag montou grande estrutura nos arredores do Estádio Mané Garrincha e na Esplanada dos Ministérios para receber as lideranças sindicais. O secretário-geral da Contag, David Wylkerson, cuidou das negociações com as autoridades públicas do Distrito Federal, para garantir segurança e serviços de água e luz para os manifestantes. “Além dessas negociações, nós também entramos em contato com as empresas que forneceram tendas, alimentação e outros itens da infraestrutura”, relatou.

O secretário de Finanças e Administração, Manoel dos Santos, lembra que este ano foi atípico, pois o Grito da Terra Brasil ocorreu logo após o 10º Congresso, a reunião do Conselho Deliberativo e a posse da nova diretoria da Contag. No entanto, o pouco tempo disponível para preparar o evento não comprometeu

a logística necessária nem os resultados. “O Grito foi um sucesso. Nós colocamos quase 5 mil pessoas em Brasília e tudo que foi planejado foi encaminhado”.

Além de cuidar da retaguarda do GTB 2009, Manoel dos Santos também participou das reuniões de negociação nos Ministérios da Integração Nacional, do Planejamento e da Fazenda, além de discutir os encaminhamentos gerais da pauta de reivindicações na Secretária Geral da Presidência da República e no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Gente – O Grito da Terra Brasil 2009 recebeu militantes da reforma agrária como Maria Vicentina Borges, sem-terra do acampamento Rancho Alegre, no município de João Pinheiro, Minas Gerais. Ela diz que o acampamento existe há quase 10 anos e não há previsão para o assentamento das 20 famílias. “Há nove anos estamos debaixo da lona e queremos uma solução”, exige.

O agricultor familiar de Feira de Santana (BA) José Cardoso de Souza participa do Grito da Terra Brasil desde 1996. Ele chama a atenção para a necessidade de as políticas públicas negociadas com o governo chegarem aos municípios. “O financiamento para a agricultura familiar não chega lá. Queremos ter acesso ao Pronaf”, reivindica.

Números do GTB 2009

Cerca de **5 mil** participantes

Mais de **75 ônibus** chegaram de todo o País

30 mil refeições servidas durante os dias 26 e 27

30 mil garrafas de água mineral distribuídas

Sete tendas de circo montadas para os **dormitórios**

Sete tendas montadas para **equipe médica, alimentação e descanso** na Esplanada dos Ministérios

210 banheiros químicos instalados nos locais de manifestação

Contratação de **74 seguranças**

Governo apresenta respostas às reivindicações da Contag

A resposta do governo federal às reivindicações do Grito da Terra Brasil (GTB) 2009 foi entregue aos dirigentes da Contag e das Fetags pelos ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, do Desenvolvimento Agrário (MDA), Guilherme Cassel, e do Meio Ambiente, Carlos Minc. A ministra da Casa Civil Dilma Roussef, representou o presidente Lula na audiência.

Os principais pontos da pauta de política agrícola e agrária anunciados pelo ministro Guilherme Cassel foram o compromisso de disponibilizar R\$ 15 bilhões para o Plano Safra 2009/2010 da Agricultura Familiar e o descontinenciamento do orçamento para a assistência técnica rural (Ater e Ates). A extensão dos recursos da Ater e Ates para os beneficiários do programa de crédito fundiário e a liberação de recursos para a desapropriação de 14 áreas para a reforma agrária também foram destacados pelo ministro.

Aliança histórica – Já o ministro do Meio Ambiente considerou a reunião um momento histórico para “selar uma aliança entre a agricultura familiar e os ambientalistas”. Ele fez críticas ao agronegócio e garantiu que os agricultores(as) familiares vão receber tratamento diferenciado na legislação ambiental.

Um resumo das negociações da pauta social do GTB 2009 foi feito pelo ministro Luiz Dulci. Ele anunciou que a partir de julho deste ano os trabalhadores e trabalhadoras rurais poderão receber suas aposentadorias e demais benefícios previdenciários no prazo de

30 minutos. Os municípios rurais também vão ganhar 727 novas agências do INSS para atender à demanda repressada dos segurados rurais.

O ministro da Secretaria-Geral reiterou que no prazo de 30 dias o Ministério da Educação vai apresentar para a Contag proposta de plano nacional para a Educação do Campo e que o Sistema Nacional de Emprego (Sine), ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego, vai substituir os “gatos” no processo de contratação de mão de obra para as empresas rurais do País.

Avaliação da Contag – O presidente Alberto Broch considera que houve um grande avanço nas negociações sobre legislação ambiental e política agrícola. “Quero valorizar a ampliação do Seguro de Agricultura Familiar (Seaf) para os financiamentos de investimento e o descontinenciamento e ampliação dos recursos para assistência técnica”.

Ele considerou que a postura do ministro Minc foi “muito corajosa” ao participar do ato público organizado pelo GTB 2009, em frente ao Ministério do Meio Ambiente, e defender a conciliação de interesses entre a produção da agricultura familiar e a preservação ambiental. “Precisamos acabar com o terrorismo que vínhamos sofrendo. O momento é extremamente importante, porque estamos inaugurando uma nova relação entre agricultores e agricultoras familiares e o meio ambiente”, comemorou Broch.

O presidente da Contag também dirigiu-se à ministra Dilma Roussef para agradecer a mensagem enviada à posse da diretoria da Contag, e transmitiu a mensagem dos participantes

Luiz Fernandes



Alberto Ercílio Broch avalia a resposta do governo federal à pauta de reivindicações da Contag durante audiência com a ministra Dilma Roussef

do GTB 2009, que desejam a pronta recuperação da titular da Casa Civil.

Caminho sem volta – A ministra Dilma agradeceu a manifestação de solidariedade dos trabalhadores e dos trabalhadoras rurais e afirmou que o fortalecimento da agricultura familiar é fundamental para promover distribuição de renda e criar um novo padrão de inclusão social e econômica no País. “As reivindicações apresentadas pela Contag tem tudo a ver com

o que queremos para o Brasil. As políticas públicas do governo Lula para os agricultores familiares é um caminho sem volta. Estamos mudando a cara do campo”, sustentou a ministra.

Dilma Roussef terminou a sua fala fazendo uma homenagem ao ex-presidente da Contag, Manoel dos Santos. “A trajetória dessa mobilização está ligada diretamente à liderança do Manoel de Serra, que contribuiu para que o Grito da Terra se tornasse mais forte nos últimos anos”, sustentou a ministra Dilma.

Nota de apoio ao ministro do Meio Ambiente

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) manifesta seu apoio ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que vem sendo duramente golpeado por setores econômicos e por forças políticas que nunca assumiram compromissos com o desenvolvimento rural sustentável com base na justiça social e na preservação ambiental.

A razão desses ataques é a firme posição assumida pelo ministro durante as negociações do Grito da Terra Brasil 2009, em defesa do tratamento diferenciado da agricultura familiar na aplicação do Código Florestal e de todos os instrumentos legais de preservação ambiental.

Essa posição representa o reconhecimento, por parte do governo federal, de que o Estado não pode tratar de forma igual os desiguais. A legislação não pode dar o mesmo tratamento para uma propriedade familiar com, em média, 5 ou 60 hectares, que produz alimento e preserva o meio ambiente, com outras que detêm 400 mil ou 500 mil hectares de monocultivos, que degradam e impactam o meio ambiente.

O protagonismo do ministro Carlos Minc possui o mérito de compreender que não existe incompatibilidade entre a produção de alimentos e a preservação ambiental. Ele também revela coragem política para enfrentar tabus ideológicos e interesses poderosos do setor

agroexportador, ao articular-se e empenhar-se, juntamente com a Contag, em consolidar aliança estratégica entre agricultores(as) familiares e importantes setores ambientalistas para garantir tratamento diferenciado da agricultura familiar na legislação ambiental.

A Contag considera que é necessário travar debate no País sobre a relação entre as políticas de soberania e segurança alimentar e as estratégias de conservação ambiental. Essa discussão deve partir da constatação de que a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos que são consumidos por todos os brasileiros.

Os ataques ao ministro Minc são uma reação aos avanços obtidos nas

negociações do Grito da Terra Brasil 2009 e às propostas de diferenciação da agricultura familiar. Essas medidas resultarão na agilização dos processos de assentamentos de reforma agrária, na ampliação da produção de alimentos saudáveis e na preservação e no equilíbrio ambiental pela agricultura familiar.

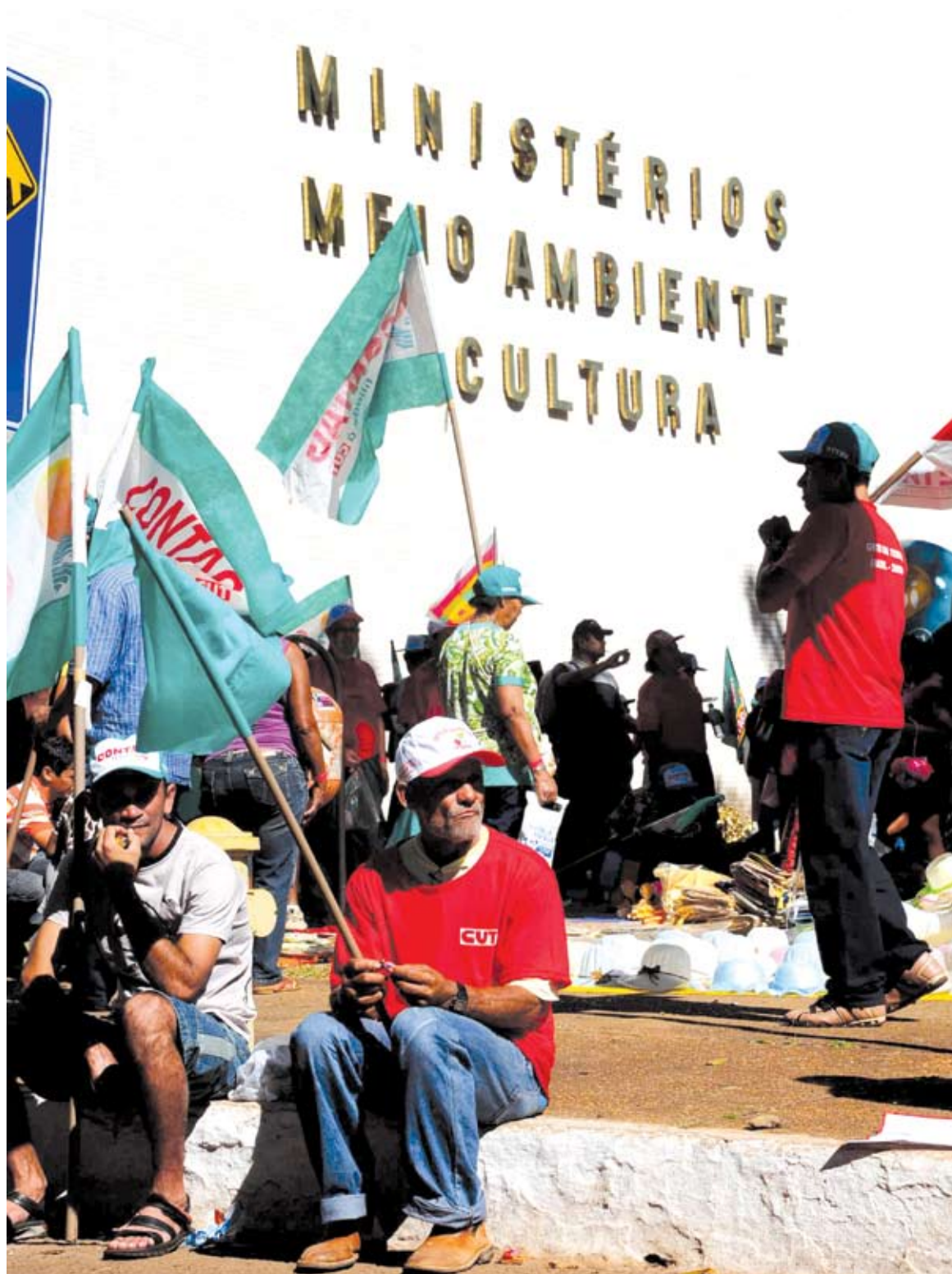
Portanto, a Contag considera que apoiar o ministro Carlos Minc é reforçar as posições de todos os que defendem a necessária e cuidadosa articulação entre proteção ambiental e desenvolvimento social e econômico do País e que reconhecem a agricultura familiar como ferramenta estratégica para um novo modelo de produção sustentável.

Diretoria da Contag

Mobilização garante conquistas na área ambiental

Contag sela aliança histórica entre a agricultura familiar e as organizações ambientalistas

Luiz Fernandes



Luiz Fernandes



A pauta de Meio Ambiente foi uma das três prioridades do GTB 2009 no processo de negociação com o governo federal

A negociação da pauta de meio ambiente foi o ponto alto do Grito da Terra Brasil deste ano. O governo federal assumiu o compromisso de dar tratamento diferenciado para a agricultura familiar na legislação ambiental e o presidente Lula vai enviar ao Congresso Nacional, no dia 5 de junho, o projeto que estabelece as regras para o pagamento por serviços ambientais.

O governo assumiu também o compromisso de buscar apoio para a execução de projeto massivo de educação ambiental para a agricultura familiar e de realizar um grande encontro entre o MMA/ICMBio e a Contag, para dar encaminhamento aos conflitos nas Unidades de Conservação da Natureza já criadas e em fase de criação.

Código Florestal – O governo comprometeu-se, ainda, a elaborar, em conjunto com a Contag, proposta para mudar o Código Florestal Brasileiro. O resultado desse trabalho será enviado e discutido com os parlamentares no Congresso Nacional.

A partir da mudança da lei os agricultores e agricultoras familiares que têm propriedades de até quatro módulos fiscais vão poder somar as Áreas de Preservação Permanente (APP) às da reserva legal para garantir os espaços produtivos. O processo de averbação da reserva legal também será simplificado. A Contag defende mudanças nos artigos que tratam do conceito de agricultura familiar e da continuidade de atividades consolidadas em áreas próximas às nascentes ou olhos d'água, topo de morros, montanhas, montes, serras e encostas. Além disso, propõe a continuidade de culturas de baixo impacto em áreas de várzeas.

Negociação – A participação do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, foi fundamental para garantir as conquistas da agricultura familiar. Ele compreendeu e assimilou a pauta de reivindicações do GTB 2009 e promoveu uma aproximação histórica entre os representantes da agricultura familiar e os ambientalistas. “O ministro teve muita coragem ao defender as bandeiras do movimento sindical do campo. Dessa forma, toda a sociedade brasileira ganha com esse acordo”, avalia Rosicléia dos Santos, secretária de Meio Ambiente da Contag.

O ministro foi convidado para subir no carro de som da Contag durante ato público em frente ao Ministério do Meio Ambiente e saudou os manifestantes do Grito da Terra Brasil: “Os agricultores familiares sabem que têm de manter a água limpa e proteger a mata, porque, do contrário, eles não conseguirão produzir”.

Minc sustentou que a agricultura familiar não pode ser criminalizada e fez críticas ao agronegócio. “Eles querem cooptar os agricultores familiares e passar o rodo na legislação ambiental”, advertiu.

Suas declarações provocaram reações da bancada ruralista no Congresso Nacional, que chegou a pedir sua demissão ao presidente Lula. Diante dessas tentativas de desestabilização, a diretoria da Contag decidiu lançar nota de apoio ao ministro do Meio de Ambiente.

Governo não atende a pauta de reforma agrária

A meta de assentamento caiu para 75 mil famílias, Contag reivindicava 250 mil famílias entre 2009 e 2010

Os pontos principais da pauta de política agrária do Grito da Terra Brasil 2009 não foram atendidos pelo governo federal. No entanto, os dirigentes da Contag e das Fetags conquistaram avanços importantes para a reforma agrária nas negociações com o Incra e com outras unidades do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A liberação de R\$41,25 milhões para financiar a desapropriação de 15 áreas é um dos resultados concretos.

O governo federal também anunciou, no dia 27 de maio, a publicação de duas instruções normativas do Incra, que atendem às reivindicações antigas do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). A primeira delas – Norma de Execução (NE) 35 orienta técnicos de campo do Incra a observar a função ambiental e a situação trabalhista nos processos de desapropriação de terra. Atualmente, o órgão só tem considerado o critério de produtividade na avaliação de uma área destinada à reforma agrária. Os líderes da bancada ruralista no Congresso Nacional criticaram a

medida. A Contag aprovou a publicação da NE 35 e promete mobilizar o MSTTR, para garantir sua aplicação imediata. “Isso vai garantir a função social plena da terra, conforme determina a Constituição”, explica Willian Clementino, secretário de Política Agrária da Contag.

A outra medida – Instrução (IN) 51 – reconhece os chamados “agregados” como parte de uma unidade familiar. Esse reconhecimento é importante, porque a partir de agora as pessoas que vivem junto com a família proprietária da terra poderão ter acesso ao Previdência Social e às políticas públicas, com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), entre outras.

Crédito fundiário – O governo anunciou, ainda, a liberação de recursos para assistência técnica a beneficiários do crédito fundiário. Um grupo de trabalho será formado para alterar a Lei Complementar nº93/1998, que trata do Banco da Terra. O objetivo é mudar prazos, juros e limites de financiamento do crédito fundiário.

Governo não atualiza índices de produtividade

Um dos principais pontos da pauta da reforma agrária – a atualização dos índices de produtividade – não foi atendido. No ano passado, o presidente Lula prometeu a publicação de uma portaria interministerial atualizando esses índices. A portaria seria elaborada pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, disse que a portaria está pronta, mas ainda não há previsão de data para sua publicação. Willian Clementino afirma que a Contag continuará cobrando o cumprimento da promessa do presidente Lula. “Vamos continuar reivindicando porque é uma vergonha o Brasil ainda trabalhar com índices da década de 60”, protestou.

A reivindicação de assentamento de 250 mil famílias em 2009 e 2010 também não foi atendida pelo governo. A justificativa foi o contingenciamento dos recursos do Incra, que provocou a diminuição da meta para 75 mil famílias neste ano. Na reunião com o órgão, Willian Clementino criticou a falta de solução para o contingenciamento. “Não adianta propor políticas com essa retenção de recursos. Nós propomos uma saída para essa crise, que é a reforma agrária e o desenvolvimento do campo”, destacou.

GTB 2009 fortalece agricultura familiar

A pressão dos manifestantes e a abertura de negociação da Contag com os Ministérios do Planejamento e da Fazenda suspendem os cortes do orçamento e garantem recursos para políticas estruturantes

A crise financeira internacional não provocou retrocessos no fortalecimento da agricultura familiar brasileira. O governo federal vai liberar R\$15 bilhões para o Plano Safra 2009/2010. Isso representa crescimento de 15,38% – R\$2 bilhões – em relação aos recursos liberados para a safra passada.

Além disso, os agricultores e as agricultoras familiares poderão dispor de R\$500 milhões para comercialização, por meio de uma PGPM diferenciada; R\$1,3 bilhões para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar e de R\$254 milhões para as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). “Esses recursos são essenciais, pois não há como otimizar a aplicação dos R\$15 bilhões do Pronaf sem a concretização dessas outras políticas estruturantes”, avalia Antoninho Rovaris, secretário de Política Agrícola da Contag.

As negociações da pauta do Grito da Terra Brasil também resultaram na inclusão dos contratos de financiamento para investimento no Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) e na criação do Pronaf para unidades familiares de produção – o Pronaf Sistêmico –, que começará atendendo cerca de 70 mil famílias.

O secretário de Política Agrícola da Contag considerou o resultado positivo, sobretudo se for levado em consideração o contexto da crise financeira internacional, que já começou a provocar impactos preocupantes na agricultura brasileira. “Sabemos da dificuldade do governo federal com arrecadação, que caiu nos últimos meses. Diante desse quadro, o importante é ampliarmos as políticas e as linhas de crédito, para garantir o crescimento da agricultura familiar”, pondera Rovaris.

Pontos não atendidos – A pauta de política agrícola do Grito da Terra

Luiz Fernandes



A participação dos cinco mil trabalhadores e trabalhadoras rurais foi decisiva para garantir as conquistas do GTB 2009

Brasil não foi atendida na totalidade. A Contag defendia R\$22 bilhões para o Plano Safra 2009/2010, sendo R\$5 bilhões para comercialização, com objetivo de criar um programa de renda para agricultores e agricultoras familiares. A reivindicação de liberação de recursos para alavancar o programa de habitação

rural também não obteve resposta concreta do governo federal. O Ministério das Cidades alegou que os cortes orçamentários atingiram o programa Minha Casa, Minha Vida. A Contag vai continuar negociando essas e outras demandas com a Caixa Econômica Federal e com outros órgãos governamentais.

Negociações ampliam políticas públicas para o campo

Luiz Fernandes



Os trabalhadores e trabalhadoras rurais têm muitos motivos para comemorar. O Ministério da Previdência Social anunciou, em resposta às reivindicações do Grito da Terra 2009, que serão construídas 720 agências do INSS, em municípios com mais de 20 mil habitantes. As novas unidades serão inauguradas até o final de 2010.

O ministro José Pimentel garantiu que, até julho deste ano, será inaugurado um banco de dados, que viabilizará o reconhecimento dos direitos dos segurados rurais no prazo de 30 minutos. O ministério também vai criar, em 60 dias, uma turma de julgamento da Junta de Recursos da Previdência Social no Estado do Tocantins. O ministro também comprometeu-se a realizar cinco seminários regionais, com a participação de servidores do INSS e representantes da Contag, para discutir as recentes mudanças na legislação previdenciária rural.

Educação – As negociações no Ministério da Educação (MEC) não avançaram de forma satisfatória. O MEC apresentou, em resposta às reivindicações, programas para a Educação do Campo já existentes como o Saberes da Terra, Brasil Alfabetizado, Universidade Aberta e o Pró-Campo.

O governo, porém, comprometeu-se a discutir as diretrizes da Política Nacional de Educação do Campo e a construção do Plano Nacional de Educação do Campo, durante a Conferência Nacional de Educação (Conae), que acontecerá em 2010. Além disso, o ministro Fernando Haddad prometeu audiência com a Contag até o final de junho, para debater propostas pedagógicas para as escolas do campo, especialmente as multisseriadas. Atualmente o governo trabalha apenas com o modelo da Escola Ativa.

Em relação ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

(Pronera), o MEC prometeu incluir o público do crédito fundiário como beneficiário do programa e vai apresentar até o fim de junho, proposta para resolver os entraves nos estados.

Saúde – O Ministério da Saúde prometeu pautar o Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta na próxima reunião da Comissão Intergestores Tripartite formada por representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems).

A secretária executiva do ministério, Márcia Bassit, também prometeu discutir os critérios de criação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests). Os Cerests estão, atualmente, em cidades com mais de 500 mil habitantes. A Contag

defende que os centros sejam instalados em municípios menos populosos e polos produtivos com maior vulnerabilidade e risco de acidentes de trabalho e intoxicação.

O governo assumiu o compromisso, ainda, de intensificar as mobilizações para registro civil no campo e trabalhar para a criação do Pacto de Proteção Infância-Juvenil no Campo.

Avaliação da Contag – O secretário de Políticas Sociais da Contag considera que as negociações com o Ministério da Previdência Social foram positivas. No entanto, ele considera que o resultado das discussões com os Ministérios da Educação e da Saúde foram apenas satisfatórios. “Construímos um canal de diálogo que possibilitará avanços na consolidação das políticas de Saúde, Educação e proteção do infante-juvenil no campo”, avalia José Wilson.

Assalariados e assalariadas rurais reivindicam respostas do Ministério do Trabalho

Os destaques da negociação com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) são as políticas públicas, a Saúde, a segurança do trabalhador (a) rural e o depósito, registro e arquivo de acordos e convenções coletivas de trabalho nos órgãos do MTE. Essa questão tem relação direta com a pauta de reivindicações da Organização Sindical do GTB 2009 e seu objetivo é ampliar e consolidar o processo de negociação com a Secretaria de Relações do Trabalho (SRT), para agilizar os procedimentos de registro e atualização sindicais.

Essa reivindicação explicita a morosidade do MTE na análise dos pedidos de registro sindical, que, em

alguns casos, chega a 180 dias. “O sindicato fica impedido de cumprir várias ações, como emissão da carta de aptidão ao crédito, de declaração de aposentado e depósito de acordos e convenções coletivas”, afirma Juraci Moreira, secretário de Formação e Organização Sindicais da Contag.

A Secretaria de Assalariados(as) Rurais e de Formação e Organização Sindical participaram conjuntamente das negociações. O ministro Carlos Lupi reconheceu a necessidade de dar retorno concreto às reivindicações da Contag. Ele também garantiu que a SRT promoverá força tarefa para a análise dos processos de registro sindical. O órgão do MTE também vai priorizar, de acordo com as

datas-base, a análise dos processos de sindicatos que fazem parte dos acordos e convenções coletivas de trabalho que estão com pendência para o depósito no Sistema Mediador.

O ministro assumiu, ainda, o compromisso de apresentar resposta concreta para atender as reivindicações do GTB/2009 até 22 de junho. O secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais, Antonio Lucas, faz avaliação positiva das negociações. “Acredito que este ano é um dos mais importantes para nós. Vamos monitorar o cumprimento do que foi negociado, inclusive pelo comprometimento e compromisso firmados diretamente pelo ministro. Temos de fazer valer a pauta negociada”, afirma.

Terceira idade comemora vitórias

César Ramos



Terceira idade foi beneficiada em várias ações prometidas pelo governo

A principal conquista para a pauta de terceira idade foi o compromisso do governo em promover ações para coibir fraudes nos empréstimos consignados para aposentados e aposentadas rurais. O INSS deverá assinar acordo de cooperação técnica com o Banco Central para aumentar a fiscalização das operações de empréstimo. O Ministério da Justiça também vai participar desse combate às fraudes, por meio de um Disque-Denúncia, que entrará em vigor a partir de setembro.

As Fetags têm registrado inúmeros casos de empréstimos feitos em nome de pessoas da terceira idade sem que os supostos “beneficiários” tenham autorizado o negócio e recebido os recursos.

A coordenadora do Programa Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Secretária Especial de Direitos Humanos (SEDH), Socorro Tabosa, também comprometeu-se a fazer diagnóstico da situação do idoso no meio rural. Contudo, o governo federal ainda não deu resposta formal às reivindicações da pauta de Terceira Idade do Grito da Terra Brasil (GTB) 2009.

O secretário de Terceira Idade da Contag, Natalino Cassaro, considera que todas as conquistas do GTB repercutem de forma positiva nos direitos das pessoas idosas. “Tivemos grandes avanços que vão viabilizar a permanência das famílias no campo. Isso é um ganho indireto para a terceira idade”, avalia.

Conquistas na área internacional

A 15ª edição do Grito da Terra Brasil (GTB) obteve o compromisso do governo Lula de garantir a participação efetiva da Contag nos espaços de diálogo e decisão política sobre Comércio Internacional e Integração Regional.

O Ministério das Relações Exteriores além de garantir a participação da Contag em vários espaços de que trata o Comércio Internacional, também sinalizou a possibilidade da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) liberar recursos para projetos da Contag de cooperação técnica e intercâmbio de experiências sobre reforma agrária e desenvolvimento rural. “Essa é uma abertura importante, porque, até agora, só a agricultura patronal tinha espaço para firmar convênios com o Itamaraty”, comemora Alessandra Lunas, vice-presidente e secretária de Relações Internacionais da Contag.

No Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi negociado recursos para dar continuidade dos cursos de capacitação sobre acordos de Comércio Internacional, integração regional e desenvolvimento sustentável, a ser realizados a partir do segundo semestre.

O MDA garantiu a participação ampliada da Contag e federações nas reuniões da Seção Nacional e Regional da Reaf-Mercosul e comprometeu-se a integrar a Contag nas suas ações de cooperação técnica bi ou multilateral por ele estabelecida.

“A REAF é um espaço de diálogo político estratégico para a agricultura familiar no MERCOSUL e é necessário que o governo assuma o compromisso de dar continuidade e fortalecer a nossa participação e colaboração aqui e fora do País”, afirma a secretária de Relações Internacionais da Contag.

Juventude do campo na luta por políticas públicas que assegurem a sucessão rural

O foco da pauta da juventude rural no Grito da Terra Brasil (GTB) 2009 refere-se à defesa por políticas públicas específicas para esse segmento. As reivindicações de acesso à terra, ao crédito, à educação do campo, ao trabalho e à renda visam a garantia da sucessão rural. “É preciso que essas políticas cheguem ao campo, para assegurar vida digna e condições de escolha para juventude rural”, explica Elenice Anastácio, Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag.

As negociações feitas durante o GTB 2009 resultaram no compromisso do Incra de discutir com a Secretaria de Jovens da Contag o acesso de jovens solteiros(as) à reforma agrária, pois esse grupo é pouco considerado no cadastramento do Incra.

A Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal, constituirá um grupo de trabalho composto pela Contag e pelos ministérios afins, para a criação de um programa nacional de fomento ao empreendedorismo de jovens rurais.

Ministério do Trabalho e Emprego respondeu positivamente à demanda de definição de meta específica para a juventude rural nas ações do Projovem Trabalhador. Além disso, afirmou que o programa assegura parcerias com movimentos sindicais e organizações sociais, para a execução das ações de qualificação.

A pauta da Juventude Rural para o Congresso Nacional apontou para a urgência da aprovação da PEC da Juventude, uma bandeira importante do movimento juvenil brasileiro. O Secretário da Juventude do Governo Federal, Beto Curi, assumiu o compromisso de acompanhar e fortalecer essa matéria junto com as Lideranças do governo.

Avanços nas negociações da pauta das mulheres no GTB 2009

A Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais priorizou, no GTB 2009, pontos relacionados à política agrícola, habitação rural e ao meio ambiente e avançou no diálogo com as demais secretarias da Contag na perspectiva de políticas com igualdade de gênero.

As negociações com o governo também trataram de questões da pauta permanente das mulheres, como as políticas de enfrentamento à violência e de apoio à organização produtiva. Esses pontos estão em processo de construção desde as negociações da Marcha das Margaridas e vêm sendo monitorados pela Secretaria de Mulheres.

A ministra Nilcéa Freire apresentou, durante as negociações, o trabalho com os governos estaduais para repactuação do enfrentamento à violência, mapeamento das ações e dos serviços implantados. Destacou as parcerias com o Banco do Brasil e com a CNBB para divulgação e treinamento de colaboradores da Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta.

Conquistas – O governo deve anunciar, em junho, nova chamada de projetos para promover a organização produtiva. No Pronaf B e nas modalidades do Pronaf especial as operações realizadas pelas mulheres passaram de 1 para 3. As pesquisas sobre a participação e o acesso das mulheres a programas e políticas públicas (Pronaf, ATER, Reforma Agrária, Programa de Aquisição de Alimentos) estão em fase de contratação e outras de realização. A negociação com o Ministério da Cidade garantiu prioridade para as mulheres chefes de família no Programa Nacional de Habitação Rural.

A secretária de Mulheres da Contag e vice-presidente da CUT, Carmen Foro, reitera a importância da atuação organizada das trabalhadoras rurais no GTB: “Estamos ampliando nossa capacidade de diálogo e negociação, e o GTB compõe, com a Marcha das Margaridas, a possibilidade concreta de transformação do campo brasileiro com igualdade para as mulheres.”

Luiz Fernandes

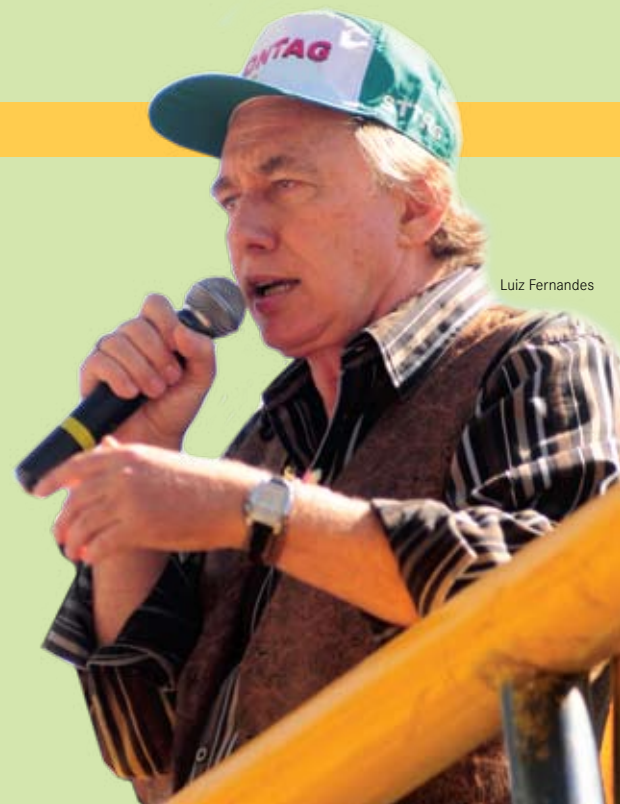


As trabalhadoras rurais participaram ativamente da mobilização do GTB 2009

Aliança histórica

O ministro Carlos Minc recebeu a reportagem do Jornal da Contag logo após o GTB 2009. Nesta entrevista, ele comemora o compromisso firmado entre Contag, governo e ambientalistas e reafirma que a agricultura terá um tratamento diferenciado. O titular da pasta de Meio Ambiente também fala da mudança do Código Florestal, da agenda ambiental de que o País precisa e das próximas medidas que serão tomadas pelo governo Lula.

A íntegra da entrevista pode ser lida no site www.contag.org.br



Luiz Fernandes

Como o senhor avalia o compromisso firmado com a Contag durante o GTB 2009?

Esse é um acordo histórico. Ele foi firmado pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), pela agricultura familiar, encabeçada pela Contag, e inúmeros representantes de ONGs ambientalistas. O presidente Lula vai receber, nos próximos 25 dias, os signatários dessa aliança em defesa do tratamento diferenciado da agricultura familiar na legislação ambiental.

Como será o tratamento diferenciado para a agricultura familiar na legislação ambiental?

Não queremos engessar a agricultura, não queremos arrancar nenhuma macieira de nenhuma encosta, não queremos colocar agricultor familiar na cadeia.

Quando as medidas negociadas vão entrar em vigor?

O que a gente ainda vai ter de definir é o “cumpra-se” de tudo isso que está sendo combinado. Vamos criar um conselho que vai reunir-se mensalmente e acompanhar o cumprimento *pari passu* de tudo o que foi definido. O que depende de portarias e decretos para formalizar esse acordo será feito de imediato.

O que será encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional?

O presidente Lula vai encaminhar Projeto de Lei ao Congresso Nacio-

nal para regulamentar a prestação de serviços ambientais e também vai assinar, no dia 5 de junho – Dia Mundial do Meio Ambiente – o Decreto do Manejo Florestal Comunitário.

Como será o processo de compensação das reservas legais e das Áreas de Preservação Permanente (APP)?

A compensação de reserva legal será no mesmo bioma e na mesma bacia hidrográfica. A lei atual diz que tem de ser na mesma microbacia, o que restringe muito. Porém, não será possível compensar a reserva legal em outro bioma, porque assim você pode acabar com o Rio Grande do Sul e comprar uma terrinha no interior de Roraima. O pequeno agricultor que for recompor a APP poderá, além de vegetação nativa, plantar espécie frutífera, oleaginosa ou palmácea para garantir algum ganho.

Quais são as mudanças necessárias no Código Florestal?

A última versão do Código Florestal é de 1965. Há 15 anos se tenta modificar o código e não se consegue. Nós também queremos viabilizar a agricultura grande, mas sem as mamatas de renegociação de dívidas, sem trabalho infantil e trabalho escravo. A distribuição do crédito também precisa ser equilibrada e o índice de produtividade para terras tem de ser atualizado, para aumentar a oferta de terras para a reforma agrária.

A proposta conjunta da Contag e do governo para mudar o Código Florestal tem chances de ser aprovada no Congresso?

O governo é majoritário no Congresso. O bloco governista não tinha posicionamento sobre esse assunto, os ambientalistas estavam isolando-se e os agraristas, fortalecendo-se. Agora, como já definimos nossa posição, vamos procurar o bloco ruralista para construir uma proposta. Vamos fazer essa discussão na semana seguinte à conversa com o presidente Lula.

Qual é a agenda que o País precisa discutir?

A questão não é só o Código Florestal, mas qual é o desenvolvimento que a gente quer para o Brasil e para nossa agricultura. Se o eixo é a agricultura ecológica, o crédito deve ser canalizado para a agricultura familiar, que produz alimentos, e não para a agricultura que emprega pouco, polui muito e enriquece poucos. Essa é uma discussão política e estratégica, que vai muito além do código, mas que passa por ele.

Por que esse compromisso foi firmado durante o Grito da Terra Brasil 2009?

Tivemos o bom senso de ouvir os agricultores no momento certo, fazer um acordo público, apresentá-lo à imprensa e ao presidente Lula e criar essa aliança histórica, estratégica, necessária. Esse compromisso não é só para o código, mas para o desen-

volvimento agrícola de que o Brasil precisa. Enfim, o que está em jogo não é a votação de uma lei: é o futuro do modelo da agricultura brasileira.

Qual é a opinião do senhor sobre a pauta do GTB 2009?

A pauta ambiental da Contag é muito consistente, porque é ampla e diversificada. Ela trata de pagamento por serviços ambientais, educação ambiental, tecnologia para policulturas e recuperação de solos. Vamos usar o Fundo Amazônia e o Fundo Clima para atender essa reivindicação. A pauta também propõe condições para aumentar a produtividade. O ministro Temporão e eu vamos, inclusive, proibir alguns agrotóxicos, cujos princípios ativos já estão proibidos em outros países.

O senhor gostaria de acrescentar alguma informação importante para os agricultores e as agricultoras familiares?

Quero trazer uma novidade que ainda não foi divulgada. Eu e o ministro Márcio Fortes vamos anunciar um plano decenal de saneamento. O MMA propôs incluir a questão do saneamento rural no plano decenal de saneamento. Outra novidade importante é a ampliação do prazo para pagamento das multas emitidas pelo Ibama contra os agricultores familiares por infrações ambientais. O Decreto nº 6514/2008, que trata desse assunto, vence em dezembro deste ano e será prorrogado por dois anos.

▷ EXPEDIENTE

Jornal da Contag - Veículo informativo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) | **Diretoria Executiva – Presidente Alberto Ercílio Broch** | **1º Vice-Presidente/Secretária de Relações Internacionais Alessandra da Costa Lunas** | **Secretarias: Assalariados e Assalariadas Rurais Antonio Lucas Filho** | **Finanças e Administração Manoel José dos Santos** | **Formação e Organização Sindical Juraci Moreira Souto** | **Secretário Geral David Wylkerson Rodrigues de Souza** | **Jovens Trabalhadores Rurais Maria Elenice Anastácio** | **Meio Ambiente Rosicléia dos Santos** | **Mulheres Trabalhadoras Rurais Carmen Helena Ferreira Foro** | **Política Agrária Willian Clementino da Silva Matias** | **Política Agrícola Antoninho Rovaris** | **Políticas Sociais José Wilson Gonçalves** | **Terceira Idade Natalino Cassaro** | **Endereço SMPW Quadra 1 Conjunto 2 Lote 2 Núcleo Bandeirante CEP: 70.735-102, Brasília/DF** | **Telefone (61) 2102 2288** | **Fax (61) 2102 2299** | **E-mail comunicacao@contag.org.br** | **Internet www.contag.org.br** | **Assessoria de Comunicação Jacumã - Soluções Criativas em Comunicação Ltda.** | **Edição Ana Luiza Aguiar** | **Reportagem Ciléia Pontes, Danielle Santos, Iara Balduino** | **Projeto Gráfico Wagner Ulisses** | **Diagramação Fabrício Martins** | **Revisão Bárbara de Castro e Joira Coelho** | **Impressão Dupligráfica**

